

Exma. Senhora

Professora Doutora Dorabela Gamboa

Presidente da Escola Superior de Tecnologia
e Gestão de Felgueiras

Rua do Curral – Margaride

4610-156 Felgueiras

N/Refª:Dir:JR/0008/14

9-01-2015

Assunto: Posição do SNESup sobre o Projeto de Regulamento Específico de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras.

Vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, em resposta ao V. ofício com a referência ESTGF/PR-127/2014, datado de 14 de novembro, e sem prejuízo de eventual formulação de propostas adicionais, apresentar um conjunto de considerações e propostas de alteração ao articulado do projeto de Regulamento em epígrafe.

I - Sobre o articulado do Regulamento

Art. 3º, nº 3

Acrescentar na alínea a):

“... e do Conselho Técnico-Científico da ESTG.”

Acrescentar na alínea b):

“...ouvidas as associações sindicais e após audição pública...”



Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e investigadores

Acrescentar na alínea c):

“...ouvidas as associações sindicais...”

Nova redação da alínea e):

e) Nomear avaliadores-relatores de entre os docentes da ESTSP, de categoria superior, ou pelo menos igual, á dos avaliados e comunicar esta informação aos avaliados;

Justificação:

3.a) De acordo com a alínea g) do Art. 35-A do ECPDESP, é ao CTC que compete realizar a avaliação de desempenho, sendo que a CADD desempenha esta tarefa por delegação de competências daquele órgão.

3.c) Dado as grelhas de pontuação fazerem parte integrante do RADD, as associações sindicais devem ser ouvidas aquando da sua elaboração ou alteração.

3.e) Julgamos de prever que se tenha como regra que a categoria do avaliador seja superior à do avaliado, e só não sendo tal possível, então seja de categoria igual.

Art. 5º, nº 3

Não nos parece adequada que este ponto refira os Vice-presidentes do IPP mas sim apenas da ESTGF, dado que os primeiros são já referidos no RADD do IPP.

Artigo 9º

- **nº 5** - alínea f) supomos dever ser “assegurarão” e não “asseguraram”

- **nº 7** – A que nº4 se refere? Não será nº 5?

- **nº 8** – A que nº4 se refere? Não será nº 5?

O objetivo da alínea g) do nº 5 e do nº 8 não nos parece ser claro. Se se referem a outras formas de avaliação da escola ou dos seus cursos que não são incluídas na avaliação de desempenho dos docentes, sugerimos que sejam retiradas deste regulamento.

Art. 12º

A possibilidade de avaliação por ponderação curricular sumária para anos 2004 a 2014 em substituição da pontuação atribuída, abre a possibilidade de alteração da posição remuneratória dos docentes que venham a obter a pontuação necessária para tal.

Acontece, contudo, que por força da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, os anos de 2011 e seguintes já não relevam para progressão remuneratória, todavia a pontuação obtida pelos anos de 2004 a 2010 (inclusive), ainda que tardiamente avaliados, releva para a modificação da posição remuneratória, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.

A não serem tidos em conta estes aspetos, ficará bloqueada a progressão remuneratória de todos os docentes da ESTGF.

Sugere-se a clarificação do nº 2, à semelhança do já adotado por outras instituições, para que a progressão no posicionamento remuneratório após a avaliação dos anos de 2004 a 2014, inclusive, produza efeitos a partir do primeiro dia do ano a seguir ao qual foi alcançada a pontuação mínima necessária para a progressão (tal como previsto no artigo 14º do RAD-IPP);

2 — A progressão no posicionamento remuneratório após a avaliação dos anos de 2004 a 2014, inclusive, produz efeitos a partir do primeiro dia do ano a seguir ao qual foi alcançada a pontuação mínima necessária para a progressão.

Considerações gerais sobre o articulado do regulamento

A colagem da avaliação específica exigida pelo regime transitório do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e do artigo 10.º-B do ECDESP aos resultados da avaliação de desempenho, que só não serão considerados se esta tiver tido lugar há mais de um ano. O que está previsto no nº 1 do artigo 11º da proposta contraria o disposto na lei, não só porque o regime transitório não comporta regulamentação, nem sequer de natureza interpretativa dado o seu carácter de regime excecional, como também porque a própria letra do artigo 10ºB é explícita

ao referir uma “avaliação específica”. Não nos parece adequado atribuir aos resultados da avaliação do desempenho efeitos que a lei expressamente não pretendeu contemplar, mas no caso concreto a gravidade é acrescida pelo facto de criar eventuais situações de desigualdade entre docentes que vejam considerado o resultado da avaliação de desempenho ocorrida há menos de um ano e outros em iguais circunstâncias que por uma questão de dias ou semanas possam obter uma outra avaliação. Esta desigualdade seria mitigada pela utilização de um mesmo procedimento de avaliação específico para estes casos.

Relativamente á avaliação de docentes com funções dirigentes, voltamos a alertar que o RAD do IPP prevê várias situações de avaliação administrativa, que são contempladas nesta proposta, e contrariam não só o ECDESP como também o regime geral da avaliação dos dirigentes dos serviços prevista no SIADAP. Por outro lado, a avaliação de um docente apenas por outro colega que ocupa um cargo de direção ou que está a coordenar o seu trabalho, por princípio, propicia gravemente as situações de abuso de poder ou de favorecimento, e violam o disposto na alínea g) do Artigo 35º-A do ECPDESP. O escalonamento de regras diferentes para avaliar dirigentes, docentes que para efeitos de avaliação são equiparados a dirigentes, dirigentes intermédios, e restantes docentes, é incompatível com os princípios da transparência do processo avaliativo.

II – Sobre a grelha de avaliação

Na componente organizacional existe um item "Outras actividades". E dentro desse item o tópico “Organização de eventos (seminários....)”. Há aqui espaço para pouco rigor: cursos breves, aulas abertas, visitas de estudo? Estes itens deveriam estar definidos no texto: O que é um curso breve? Uma aula aberta? Visita de estudo? Deviam estar balizados.

Ainda nesta componente, existe o tópico, "Outras Atividades administrativas relevantes para a ESTGF", que pela mesma razão, deveria ser mais claro e balizado.

III - Considerações finais

Como comentários finais, alertamos ainda para a necessidade de se preverem ponderações e critérios de avaliação diferenciados para quem está em dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial.

Do mesmo modo, devem ser atribuídas diferentes ponderações das várias atividades desenvolvidas a docentes que ocupam diferentes categorias na carreira. Diferentes categorias na carreira acarretam diferentes responsabilidades e oportunidades. Sugerimos que a grelha de avaliação seja desenvolvida para o Professor Coordenador Principal e que seja efetuada uma majoração para os docentes das categorias inferiores, majoração essa que será tanto maior quanto menor for a categoria do docente.

Antes da aprovação e publicação do RADD-ESTGF seria muito importante possibilitar a todos os docentes realizar testes de aplicação da grelha e da ficha de avaliação, no sentido de serem verificados os resultados que se poderão obter para que se possam corrigir eventuais falhas ou desajustamentos. Será importante testar os efeitos práticos e reais do RADD para que, no limite, não se corra o risco de se poderem obter resultados muito longe da realidade da ESTGF.

Solicitamos desde já que possa ser agendada uma reunião para apresentação de eventuais contributos complementares bem como para troca de impressões sobre o projeto de Regulamento aludido.

A apresentação deste conjunto de comentários e sugestões não dispensa a obrigatoriedade da audição sindical do SNESUP sobre a proposta final do RADD-ESTGF antes da sua promulgação.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção



Professor Doutor José Rodrigues
Membro da Direcção